



DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO - CNPJ nº 03.582.243/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A DAE S/A Água e Esgoto apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para a apreciação dos seus acionistas.

Ao longo de 2020 a empresa pautou sua gestão de acordo com a Lei 11.445/07, no tocante à universalização do saneamento básico e ao Plano Municipal de Saneamento, visando atender as metas traçadas para o sistema de abastecimento de água e o sistema de coleta e tratamento de esgoto. Também desenvolveu ações que visam atender o Plano de Governo da administração (2017-2020), investindo na ampliação da segurança hídrica na cidade. Ainda de acordo com o Plano de Governo, a DAE S/A contratou empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Recursos Hídricos, atendendo ao que prevê a Lei Municipal 8.663/2016 e tendo como objetivo traçar um panorama sobre a disponibilidade hídrica no município, discutindo os cenários de demanda atual e futura, em função do desenvolvimento e zoneamento municipal. O documento é uma das diretrizes, dentro do Plano Diretor, para o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental da cidade. Também foi elaborado e publicado em 2020 o Relatório de Sustentabilidade por meio da aplicação dos Standards GRI (Global Reporting Initiative). O Plano Municipal de Saneamento, o Plano Municipal de Recursos Hídricos e o Relatório de Sustentabilidade podem ser consultados no site da DAE S/A.

Os objetivos da gestão da empresa são levar o atendimento, com excelência, às necessidades de saneamento básico do município e estes resultados são fruto do apoio da Prefeitura Municipal de Jundiaí e, em especial, do comprometimento dos colaboradores. Com relação aos recursos, a empresa se mantém com receitas próprias, não onerando o orçamento de sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiaí. Outra fonte de recursos são os financiamentos disponibilizados pelo Governo Federal para atender a área de saneamento.

A DAE se mantém empenhada em garantir a prestação do serviço de saneamento em meio à pandemia causada pelo coronavírus. Ações preventivas foram tomadas em consonância com as orientações do Ministério da Saúde, do Governo do Estado de São Paulo, da Prefeitura Municipal de Jundiaí, da Organização Mundial da Saúde e ainda cumprem os Decretos Municipais referentes à COVID-19. Em atendimento ao princípio da transparência e em cumprimento ao artigo 4º, § 2º, da Lei 13.979/2020 e ao Comunicado SDG nº 18/2020 do TCE/SP, foram disponibilizadas em nosso site as contratações realizadas pela empresa, objetivando o enfrentamento da emergência de saúde pública relativa à esta pandemia. Apesar dos impactos na economia mundial, a DAE não sofreu redução significativa na receita operacional. Visando minimizar os efeitos da pandemia na situação econômica dos clientes, a DAE não aplicou reajuste de tarifas durante o ano de 2020.

2 - OPERAÇÕES DA EMPRESA

A DAE S/A Água e Esgoto tem a responsabilidade do abastecimento de água e coleta e afastamento de esgoto no Município de Jundiaí. A operação de tratamento de esgoto fica a cargo da concessionária Companhia Saneamento de Jundiaí - CSJ, Contrato 002/96 com validade até 30/04/2031, tendo a DAE S/A a responsabilidade da fiscalização, da administração da cobrança e repasse dos valores a esta concessionária. O rio Jundiaí Mirim, responsável por 95% do abastecimento de água do município, nasce na divisa de Jarinu (Córrego do Tanque) e Campo Limpo Paulista (Ribeirão do Perdão). Os outros 5% de água que abastecem Jundiaí são captados do Córrego Japi (ou Estiva) e Ribeirão Ermita (represa da Serra do Japi). Em épocas de estiagem a captação também é realizada no Rio Atibaia. Todos com outorga regularizadas no DAEE (Departamento de Água e Esgoto do Estado de São Paulo) por meio da Portaria DAEE nº 572 de 21/02/2017, com prazo de 10 anos.

A represa de Acumulação da DAE S/A possui capacidade de armazenamento de 9,3 milhões de metros cúbicos de água. Além desta represa, a DAE S/A possui a represa de Captação, com capacidade de 500 mil m³ de água, a Represa do Moisés, com capacidade de 5,5 mil m³ de água, e a represa da Serra do Japi, com capacidade de 2 mil m³ de água. Além da reservação de água bruta, a DAE S/A possui 54 reservatórios de água tratada com capacidade de armazenar 61 mil m³ de água. Após a conclusão das obras relacionadas com um dos financiamentos obtidos em 2018, à esta capacidade de armazenamento deve-se acrescentar 20 mil m³ de água.

Para tratamento de água a empresa conta com a ETA (Estação de Tratamento de Água) do Anhangabaú, com a capacidade de tratamento de 1.800 litros por segundo, sendo responsável por 91,9% do volume de água tratado na cidade. A ETA Eloy Chaves tem capacidade de tratamento de 45 litros por segundo e 2,2% do volume tratado na cidade. Somam-se a estes os tratamentos não fluoretados e por desinfecção, que representam 5,9% do volume de água distribuídos no município. A população atendida com abastecimento de água tratada é de 99,1% do total do município. A população atendida com rede coletora de esgoto é de 98,2% do total do município. Desde o final dos anos 1990, a totalidade do esgoto coletado no município é tratado.

Durante o ano de 2020 a DAE aumentou suas redes de água em 18,59 Km. As redes de esgoto tiveram aumento de extensão em 14,20 Km.

Durante o período de 2020 o índice de perdas na distribuição de água tratada foi de 35%, levemente acima ao de 2019 (que foi de 34%). A meta do Plano de Saneamento para 2021 é reduzir esse índice e atingir 33%. Como esforço para reduzir as perdas, a DAE tem trabalhado na troca de hidrômetros. O serviço é parte de dois contratos de financiamento assinados em 2018, além do contrato de repasse do Consórcio das Bacias do Rio Piracicaba, Capivari e Jundiaí-Mirim (PCJ). Foram trocados em 2020 o total de 33.600 hidrômetros. A troca de hidrômetros ficou interrompida no período de abril a outubro por conta da pandemia do coronavírus.

O número de ligações de água ativas ao final do exercício de 2020 era de 109.606. Em 2019 a DAE S/A deu início ao recadastramento dos clientes que está sendo feito porta a porta. O objetivo é atualizar o cadastro e facilitar a comunicação entre a empresa e os usuários. Para realizar a ação foi contratada uma empresa terceirizada, que está percorrendo todo o município. Durante o ano de 2020 foi dado continuidade ao recadastramento, porém foi interrompido durante o período de abril a outubro por conta da pandemia do coronavírus. Até o final do mês de fevereiro de 2021 foram realizados mais de 46 mil recadastramentos.

Foram iniciadas em 2019 as obras de ampliação do sistema de preservação e proteção ambiental das represas de abastecimento do município (represas de Acumulação e Captação), que abrigarão atividades voltadas à educação ambiental e ao lazer das crianças, em especial, e da população em geral. Essas obras ampliam a área do Parque da Cidade e fazem parte do "Mundo das Crianças", iniciativa que colocou Jundiaí como o primeiro município do Estado a integrar a Rede Latino-Americana - Projeto Cidade das Crianças, e o segundo no país, logo após Boa Vista, em Roraima, assumindo o compromisso de viabilizar ações em torno da participação das crianças e das perspectivas infantis. Além disso, atende a um pedido especial dos integrantes do Comitê das Crianças do município. As obras contam com autorização da Cetesb, com a qual a DAE estabeleceu um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA). Nesta primeira fase, o Mundo das Crianças conta com 170 mil metros quadrados. Foram plantados 120 mil metros quadrados de gramado e 12 mil mudas de plantas nativas e mais 1,5 mil mudas de plantas frutíferas (em três pomares) e plantas exóticas. Para a realização das obras foram também empregados 300 trabalhadores. Em outra fase futura, estão previstas intervenções em outros 330 mil metros quadrados de área, com matas e lagoas, o que totalizará ao espaço 500 mil metros quadrados. Até o ano de 2020 foram investidos R\$ 22.929 mil nas obras. O Mundo das Crianças foi apresentado no dia 14 de dezembro de 2020, porém sem abertura ao público em geral, devido às restrições provocadas pela pandemia do novo coronavírus.

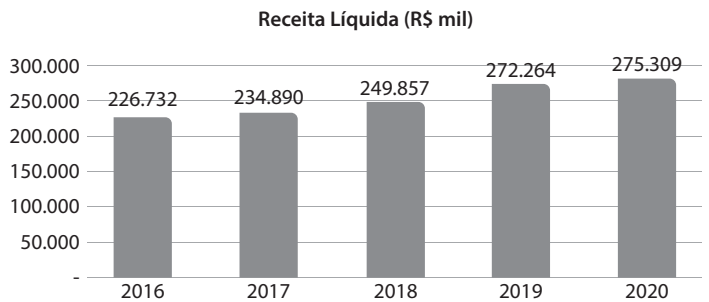
Em 2021, em função da pandemia, o Mundo das Crianças passou a ser uma das principais salas de aula a céu aberto da rede municipal de ensino, proporcionando uma experiência inovadora aos alunos.

Desde agosto de 2016, a DAE S/A optou pela compra de energia elétrica para a Estação de Recalque do Jundiaí Mirim, por meio do sistema de mercado livre. Em comparação à compra de energia elétrica no mercado cativo, a DAE S/A obteve redução de R\$ 1.681 mil no ano de 2020. Os benefícios financeiros com a redução da despesa com energia elétrica desde a opção, em agosto de 2016, superam R\$ 12.556 mil.

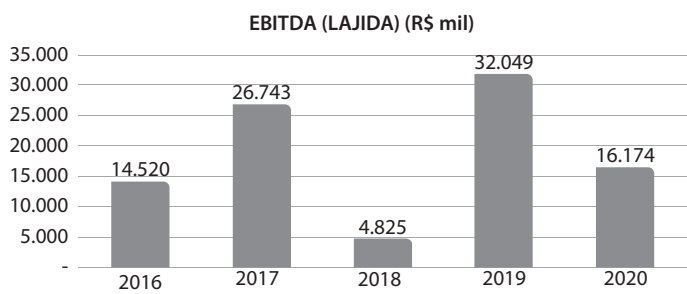
3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Foi apresentado lucro de R\$ 7.517 mil no exercício de 2020. O aumento dos custos com energia elétrica e o faturamento abaixo do esperado por conta da pandemia contribuíram para este resultado menor em relação à 2019, quando o lucro foi de R\$20.390 mil.

A Receita Operacional Líquida da DAE S/A apresentou aumento de 1,1%, sendo um bom índice, se levados em consideração os efeitos da pandemia sobre o faturamento e o fato da Companhia não ter aplicado reajuste tarifário no período. Além disso, houve aumento no volume de 1,3%, sendo faturados 34,4 milhões de metros cúbicos em 2019 e 34,9 milhões de metros cúbicos em 2020.



Para o exercício de 2020 o EBITDA da empresa foi de R\$ 16.175 mil (5,9% da ROL), uma redução de 41% em relação à 2019, quando o EBITDA foi de R\$ 32.049 mil (11,8% da ROL). O principal motivo para essa redução foi o aumento dos custos com energia elétrica e a ROL, com variação abaixo do esperado, conforme citado anteriormente. Também por conta de novas avaliações dos processos já em andamento, houve aumento na provisão de contingências jurídicas, reduzindo o EBITDA.



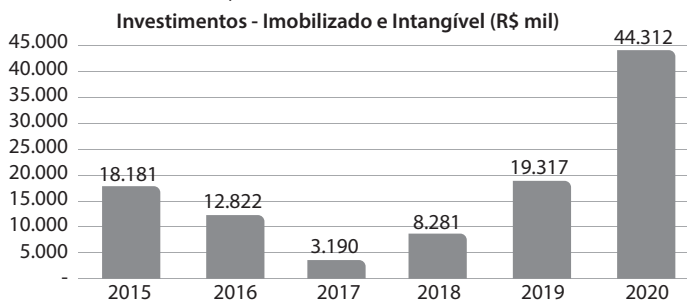
4 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Não houve alteração na composição acionária da empresa durante o exercício de 2020, que permaneceu conforme quadro abaixo:

Acionistas/Tipo de Ações	Quantidade
Prefeitura do Município de Jundiaí - Ordinárias	80.937.712
Prefeitura do Município de Jundiaí - Preferenciais	126.777.267
Acionistas Minoritários - Preferenciais	100
Total	207.715.079

5 - INVESTIMENTOS

A evolução de investimentos da DAE S/A está apresentada no gráfico abaixo e os detalhes constam na Nota Explicativa nº 11:



Os investimentos realizados no ano de 2020 foram por meio de recursos próprios e de financiamentos obtidos em exercícios anteriores. Visando à universalização do saneamento na cidade de Jundiaí, foram executadas obras de construção de novos reservatórios de água tratada no Cecap, Jardim Carlos Gomes, Anhangabaú e FazGran, bem como a recuperação estrutural e impermeabilização do Reservatório do Distrito Industrial. Estão em andamento as obras no Jardim Carlos Gomes, Anhangabaú e Distrito Industrial. Os reservatórios no Cecap e FazGran já foram inaugurados. Além destes investimentos foram realizadas extensões e reforços em redes de distribuição de água e em redes coletoras de esgoto em diversos pontos da cidade, bem como melhorias no sistema de tratamento de água. A obra mais significativa neste exercício foi a construção do Mundo das Crianças, já citado anteriormente, cujo investimento no ano de 2020 foi de R\$ 22.359 mil.

Os detalhes sobre os contratos de financiamentos constam na Nota Explicativa nº 13.

6 - RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores	Quantidade
Funcionários DAE S/A	402
Funcionários PMJ - Quadro especial	129
Estagiários	86
Total	617

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da DAE S/A - Água e Esgoto agradece o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, assim como a confiança e apoio do seu acionista controlador, a Prefeitura Municipal de Jundiaí, que tornaram possíveis os resultados alcançados no exercício de 2020 apesar das dificuldades e desafios que exigiu muito mais de todos. Em 2021 a empresa continuará se esforçando para atender com excelência a população do Município de Jundiaí, buscando ampliar o acesso às redes de água e esgoto e atuar na segurança hídrica do município, considerado uma referência nacional em saneamento.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2020	2019	
Receita operacional líquida	25	275.309	272.264	
Custo dos serviços prestados	26	(184.879)	(173.316)	
Lucro operacional bruto		90.430	98.948	
Despesas operacionais				
Administrativas e comerciais	27	(84.705)	(75.283)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	808	(1.341)	
		(83.897)	(76.624)	
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		6.533	22.324	
Resultado financeiro, líquido	29	2.239	3.506	
Resultado antes dos impostos		8.772	25.830	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	(3.382)	(4.172)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	30	2.127	(1.268)	
Lucro líquido do exercício		7.517	20.390	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)		
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	7.517	20.390
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	7.517	20.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)		
	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.517	20.390
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Impostos diferidos	(2.127)	1.268
Depreciação e amortização	9.641	9.723
Baixa e transferência de imobilizado	632	–
Juros e variações cambiais apropriados sobre empréstimos	1.099	612
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.065	(3.456)
Provisão para processos judiciais	2.806	(2.140)
	22.633	26.397

Variação em ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(1.874)	(3.228)
Estoque	(1.720)	(1.818)
Outras contas a receber	(30)	(160)
Despesas diferidas	(13)	(77)
Fornecedores	3.710	577
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	828	926
Obrigações fiscais	2.984	7.981
Acordos Judiciais	(3.843)	(3.195)
Outros ativos e passivos	(932)	4.555
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.444)	(3.848)
	(2.334)	1.715

Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	20.299	28.112
--	---------------	---------------

Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	(44.312)	(19.317)
Variação de investimentos, poupanças e caucões	(32)	95

Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(44.344)	(19.222)
--	-----------------	-----------------

Fluxo de caixa de atividades das financiamentos		
Captação de financiamentos	11.913	8.056
Pagamento de financiamentos	(1.772)	(1.438)
Pagamento de juros e variações monetárias	(1.053)	(602)

Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamentos	9.088	6.016
--	--------------	--------------

Caixa gerado (aplicado) no exercício	(14.957)	14.906
---	-----------------	---------------

Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.387	27.481
--	---------------	---------------

Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.430	42.387
---	---------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua—>

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI2

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

—☆continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Atividades operacionais

A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal n.º 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido verificado o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiáí. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiáí;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiáí;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiáí;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

As atividades da DAE S/A são reguladas pela ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Efeitos da pandemia causada pela covid-19

A Companhia monitorou ao longo de 2020, os principais impactos causados pela pandemia da COVID-19 e com fundamento nas melhores informações disponíveis, executou medidas para minimizá-los de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços. Dentre as ações tomadas destacam-se:

- Manutenção das atividades essenciais para o contínuo fornecimento de água tratada e coleta e afastamento à população de Jundiáí;
- Redução do número de servidores que frequentam os espaços internos da empresa, bem como escalonamento nos horários de entrada, refeições e saída;
- Preferência de atendimento à clientes pela Central de Relacionamento (08000 133 155) e site (daejundiai.com.br);
- Fornecimento e uso obrigatório de máscara para funcionários, bem como disponibilização de álcool em gel em todos os setores da Companhia para correta higienização das mãos; e
- Desinfecção e higienização no prédio administrativo e nas unidades externas, além das viaturas.

Apesar das tarifas não terem sido reajustadas, com intuito de dar fôlego financeiro aos clientes neste período conturbado, a Companhia não sofreu decréscimo significativo na Receita Operacional Líquida (Nota explicativa nº 25).

Já a arrecadação sofreu maior impacto com aumento da inadimplência de clientes, sendo agravada com a suspensão, até julho de 2020, no corte no fornecimento de água para situações de falta de pagamento. Esses efeitos foram contabilmente demonstrados no aumento da provisão de perdas com clientes (Nota explicativa nº 7) e redução da disponibilidade de caixa da Companhia (Nota explicativa nº 5).

A Administração permanece monitorando os desdobramentos relacionados à pandemia da COVID-19, mas entende que as medidas tomadas foram satisfatórias e que não há indícios de perda na recuperabilidade de seus ativos no encerramento do exercício de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 10** - Ativo fiscal diferido; e
- **Nota explicativa 21** - Provisões para processos judiciais.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 24 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

a.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retradada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos

do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Imobilizado

d.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sites* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

d.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d.3 Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2020	2019
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veículos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
Softwares	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de programas de computador ("*softwares*") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para o exercício corrente e comparativo é:

	2020	2019
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base critério adotado pela Administração para constituição de perdas, que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Seguros

A administração da Companhia entende que os riscos estão gerenciados de modo satisfatório não demandando nenhuma ação adicional. Desta forma, entendendo que o patrimônio e a operação estejam protegidos, não foi efetuada cobertura de seguros de relevância, como empresarial e de veículos.

Para os casos em que há a necessidade de contratação de seguro, como por exemplo aluguel de imóveis e equipamentos, as despesas são apropriadas conforme a vigência do contrato, exceto para parcelas com valores imateriais que são contabilizados diretamente na despesa.

i. Benefícios a empregados

i.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

k. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas do Estado pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

l. Receita operacional

Venda de serviços: As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e saneamento são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Jundiáí, a Companhia não constitui receita devido ao artigo 1º da Lei Municipal 2.062 de 1974, o qual estabelece que são isentas as unidades prediais que se destinem ao cumprimento das obrigações estatutárias.

m. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras da Companhia compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*"). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

o. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. REAPRESENTAÇÃO DE VALORES CORRESPONDENTES

As demonstrações contábeis correspondentes de 31 de dezembro de 2019, originalmente aprovadas pela Assembleia em 29 de abril de 2020, estão sendo reapresentadas para melhor refletir as operações da Companhia e propiciar aos usuários da informação maior clareza.

Trata-se de obrigações de férias e encargos de caráter trabalhista, mas que se referem ao quadro especial de servidores da Prefeitura Municipal de Jundiáí, sendo melhor classificado em Partes Relacionadas. Os valores compõem o Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante da Companhia, que, pela presente reclassificação, passam a estar plenamente alinhados à sua efetiva natureza.

A tabela a seguir resume o impacto do Balanço Patrimonial da Companhia:

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 <i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da reclassificação		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapre- sentado
Obrigações trabalhistas e encargos ociais	10.226	(2.760)	7.536
Outros	28.114	–	28.114
Passivo Circulante	38.340	(2.760)	35.650
Contas a pagar a partes relacionadas	1.172	2.760	3.862
Outros	38.927	–	38.927
Passivo não circulante	40.099	2.760	42.789

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Bancos	1.183	2.532
Aplicações financeiras	26.247	39.855
	27.430	42.387

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento e certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Há também aplicações financeiras com características de longo prazo no montante de R\$4.504, que foram mantidas no disponível a curto prazo devido ao planejamento da Companhia que prevê aplicação destes recursos em obras de investimento ao longo do ano de 2021. As aplicações mais representativas estão apresentadas líquidas de IRRF.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 31.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2020	2019
Cauções de fornecedores	158	126
	158	126

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Regulamento Interno de Compras e a Lei 13.303/16.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos finnceiros estão divulgados na nota explicativa 31.

—☆continua

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ 2



Diário Oficial

Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 71

Página 3

São Paulo, sexta-feira, 16 de abril de 2021

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



GOVERNO DO ESTADO

documento
assinado
digitalmente

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	2020	2019
Contas a receber de clientes	67.815	62.477
Renegociação de contas a receber	8.790	9.232
Clientes - acordos judiciais	3	25
Provisão por ajuste de competência	14.698	14.640
(-) Contas a receber de clientes em perdas	(30.287)	(26.985)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.450)	(10.385)
Contas a receber de clientes - circulante	47.569	49.004
Não Circulante		
Renegociação de contas a receber	4.001	3.757
Clientes - acordos judiciais	-	-
Contas a receber de clientes - não circulante	4.001	3.757
Total das contas a receber incluindo perdas e provisões para perdas	51.570	52.761

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos, exceto provisões e perdas com clientes:

	2020	2019
Créditos a vencer	41.845	43.658
Créditos em atraso até 2 meses	6.548	7.009
Créditos em atraso acima de 2 meses até 4 meses	2.717	2.126
Créditos em atraso acima de 4 meses até 6 meses	2.131	1.480
Créditos em atraso acima de 6 meses até 8 meses	1.901	1.219
Créditos em atraso acima de 8 meses até 10 meses	1.784	1.071
Créditos em atraso acima de 10 meses	38.381	33.589
	95.307	90.152

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(37.246)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.697
Baixa efetiva de títulos vencidos	(3.702)
Reversão de perdas	1.881
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(37.370)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.065)
Baixa efetiva de títulos vencidos	(4.356)
Reversão de perdas	1.054
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(43.737)

8. ESTOQUES

	2020	2019
Almoxarifados	13.009	11.289
	13.009	11.289

A Companhia registra os itens de estoque pelo seu valor líquido dos impostos indiretos (PIS/COFINS) controlando estes impostos em contas específicas de compensação e impostos a pagar.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2020	2019
PIS/COFINS sobre imobilizado	697	628
Previsão de IRRF s/aplicações a resgatar	99	64
IRPJ/CSLL a compensar	-	-
Precatória IPVA a receber	791	791
Ativo circulante	1.587	1.483
Ativo não circulante	550	533
	1.037	950

10. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O ativo fiscal diferido possui a seguinte composição:

	2020				2019	
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total	
Provisão para devedores duvidosos	13.450	3.363	1.211	4.574	3.531	
Contingências cíveis	4.786	1.196	431	1.627	1.165	
Contingências trabalhistas	10.867	2.717	978	3.695	3.203	
Provisão de receitas/custos por competência	(11.043)	(2.761)	(994)	(3.755)	(3.885)	
Ativos fiscais diferidos, líquido		4.515	1.626	6.141	4.014	

11. IMOBILIZADO

a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
			2020	2019
Terrenos	32.114	-	32.114	30.839
Construções civis e benfeitorias	79.799	(42.560)	37.239	36.239
Sistema de abastecimento de água e esgoto	237.826	(85.757)	152.069	154.603
Máquinas e equipamentos	24.966	(14.978)	9.988	7.180
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	6.626	(4.289)	2.337	1.741
Veículos	6.309	(4.895)	1.414	1.627
Imobilizado em andamento	47.283	-	47.283	16.073
Compra para recebimento futuro	-	-	-	50
	434.923	(152.479)	282.444	248.352

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo final
Terrenos	30.839	-	-	1.275	32.114
Construções civis e benfeitorias	75.756	1	-	4.042	79.799
Sistema de abastecimento de água e esgoto	235.440	-	-	2.386	237.826
Máquinas e equipamentos	21.486	3.469	(156)	167	24.966
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	5.741	1.132	(287)	40	6.626
Veículos	6.390	44	(125)	-	6.309
Imobilizado em andamento	16.073	39.603	(585)	(7.808)	47.283
Compra para recebimento futuro	50	61	(9)	(102)	-
	391.775	44.310	(1.162)	-	434.923

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo inicial	Depre-ciação	Baixas	Saldo final
Construções civis e benfeitorias	39.517	3.043	-	42.560
Sistema de abastecimento de água e esgoto	80.837	4.920	-	85.757
Máquinas e equipamentos	14.306	821	(149)	14.978
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.000	546	(257)	4.289
Veículos	4.763	258	(126)	4.895
	143.423	9.588	(532)	152.479

A Companhia aproveita o crédito referente ao PIS e COFINS de acordo com a IN 457/2004.

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2020 foi de R\$ 39.603 (R\$ 16.756 em 2019). Das obras em andamento, destacam-se: **a)** Construção de novos reservatórios e recuperação estrutural e impermeabilização do Reservatório do Distrito Industrial, R-13, no montante de R\$ 6.533 (Nota Explicativa nº 12, contrato de financiamento nº 426.313-90/14); **b)** Construção de Estação Pressurizada de Água Tratada no montante de R\$4.422; **c)** Extensão e remanejamento nas redes de água nos bairros de Almerinda Chaves, Residencial Balsam, Rio Acima, e Rod. João Cereser no montante de R\$ 2.194; **d)** Extensão de rede de esgoto nos bairro Mato Dentro e Rio Acima, no montante de R\$ 3.022; **e)** Implantação do Mundo das Crianças, R\$ 22.359 em 2020; **f)** Construção de estacionamento para clientes na sede da DAE, no valor de R\$ 281.

12. INTANGÍVEL

a. Composição

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
			2020	2019
Softwares	3.485	(3.452)	33	86
	3.485	(3.452)	33	86

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	3.485	-	-	3.485
	3.485	-	-	3.485

c. Movimentação da amortização acumulada

	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Softwares	3.399	53	-	3.452
	3.399	53	-	3.452

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de juros a.a.	Ano de vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
Instituição			2020	2019	2020	2019
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2016-2036	795	366	11.027	5.402
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.658	1.617	3.280	4.781
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	6,00%	2042	7	-	1.962	84
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	6,00%	2040	174	-	3.057	1.109
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	6,00%	2037	10	-	2.595	1.070
Caixa Econômica Federal - 505.674-53	8,00%	2025	11	-	40	-
			2.655	1.983	21.961	12.446

O cronograma aproximado de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2022 a 2024	2025 a 2035	2036 a 2042
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	2.363	7.876	788
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	3.280	-	-
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	237	981	744
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	510	1698	849
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	519	1730	346
Caixa Econômica Federal - 505.674-53	32	8	-
	6.941	12.293	2.727

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados junto a Caixa Econômica Federal, e possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão:

a. Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;

b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresso consentimento da Caixa Econômica Federal; e

c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 à Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

14. FORNECEDORES

Os valores apresentados em provedore representam os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

O aumento do passivo com fornecedores em 2020 se deve principalmente às aquisições de estoques e serviços para investimentos da Companhia, sendo parte desses investimentos atrelados aos contratos de financiamento.

	2020	2019
Despesas administrativas	1.757	1.271
Energia elétrica	631	1.850
Benefícios a funcionários	874	903
Compras para estoques	1.430	254
Serviços - operação	694	497
Investimento em ativo imobilizado	3.745	914
Outros	450	182
	9.581	5.871

15. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiaí a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiaí, o contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentre os principais obrigações estão:

a) Regulamentar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditorias, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

	2020	2019
Companhia Saneamento de Jundiaí - CSJ	9.953	9.315
	9.953	9.315

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2020	2019
COFINS	1.058	1.079
Retenções sobre serviços de terceiros	1.114	607
PIS	229	233
IRPJ e CSLL	373	325
COFINS (lançamento de ofício)	535	535
	3.309	2.779
COFINS (lançamento de ofício) - longo prazo	1.114	1.648
	1.114	1.648

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2020	2019
Férias e encargos a pagar	5.789	5.299
INSS a recolher	1.076	1.002
IRRF sobre salários a recolher	697	690
FGTS a recolher	476	365
Outros	326	180
	8.364	7.536

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiaí, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiaí. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiaí, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. As indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998. Tendo esgotado este prazo, o valor remanescente encontra-se em análise quanto a sua destinação, por este motivo está mantido em longo prazo pela Companhia.

	2020	2019
Passivo não circulante	6.500	6.500

19. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas referem-se aos contratos de Permissão de Uso e Serviço Bancário da Folha de Pagamento da Companhia. O contrato é de 60 meses e teve início em dezembro de 2017.

	2020	2019
Passivo circulante	319	319
Passivo não circulante	300	619
	619	938

20. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

	2020	2019
OGU - Orçamento Geral da União	660	660
FEHIDRO PCJ	848	734
	1.508	1.394

O contrato OGU nº 0424396-42/2014 refere-se as obras no sistema de esgotamento sanitário dos bairros Varjão, do Poste e Travú. Enquanto o recurso da FEHIDRO, contrato nº 522523-7, é destinado ao projeto para redução de perdas de água.

21. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	2020	2019
Saldo inicial	3.485	3.485
Softwares	3.485	-
	3.485	-

Movimentação das provisões

	Cíveis e administrativas	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.426	9.421	12.847
Constituição	1.827	1.915	3.742
Baixas/reversão	(467)	(469)	(936)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.786	10.867	15.653

Movimentação dos depósitos judiciais

	Desapropriações e outras	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.938	949	3.887
Constituição	39	208	247
Baixas/reversão	-	(538)	(538)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.977	619	3.596

As contingências cíveis são constituídas em sua grande maioria por processos de reparação de danos materiais e restituição de valores.

Acordos judiciais a pagar

	2020	2019
Acordos judiciais a pagar	3.654	4.024
Acordos judiciais a pagar a longo prazo	-	3.473
	3.654	7.497

Existem outras ações judiciais e processos administrativos avaliados pelos nossos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 6.796 (R\$ 4.964 em 2019) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, porém sua divulgação.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2020	2019
Créditos não identificados ou em duplicidade	3.349	3.452
Outros	390	245
	3.739	3.697

Dentre os valores de outras obrigações no curto prazo estão recebimentos que não puderam ser identificados pela Companhia ou foram recebidos em duplicidade. Apurações e adequações sistêmicas estão sendo feitas para que parte desse valor, que já está acobertado pelo instituto da prescrição, seja baixado. O montante estimado de valores prescritos é de R\$ 411.

23. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final

A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiaí.

Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de folha de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima.

Passivo	2020	2019
Obrigações folha de pagamento PMJ	3.780	3.862
Custos e Despesas	2020	2019
Custo com pessoal PMJ (nota 26)	10.621	11.294
Despesas com pessoal PMJ (nota 27)	11.629	12.129
	22.250	23.423

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiaí (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme lei municipal nº 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela lei municipal nº 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa. Os valores destes serviços representam R\$ 8.499 no exercício de 2020 (R\$ 14.021 em 2019). Adicionalmente, a Companhia tem isenção no pagamento de IPTU (Imposto sobre propriedade territorial urbana) nos imóveis de sua propriedade, que seria devido à sua controladora, por meio da Lei Complementar nº 281/1999. O valor de isenção do imposto foi R\$ 662 (R\$ 604 em 2019).

Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2020 está em consonância com o Estatuto da Companhia, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e dos Comitê de Auditoria, conforme segue:

	2020		2019	
	Nº de membros	Remuneração R\$	Nº de membros	Remuneração R\$
Diretoria	11(*)	2.917	11	2.781
Conselho de administração	7	61	7	91
Conselho fiscal	3	92	3	68
Comitê de auditoria	3	114	0	-
	24	3.184	21	2.940

(*) No dia 29 de dezembro de 2020, houve a saída de dois diretores, no entanto, pode-se considerar que o valor da remuneração do ano está atrelada aos onze diretores.

Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Capital Social Autorizado importa R\$ 250.000, dos quais R\$ 207.715 encontram-se subscritos e integralizados no final dos exercícios de 2020 e 2019, sendo representadas por 80.937.712 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

Reservas de lucros

	2020	2019
Reserva legal	4.243	3.867
Reserva de lucro a destinar	82.748	75.607
	86.991	79.474

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro a destinar

A reserva de lucros a destinar está composta do lucro líquido do exercício somados a lucros de exercícios anteriores que serão destinados posteriormente para aumento de capital social ou distribuição de dividendos, a destinação da reserva de lucros é aprovada pela sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiaí.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Receita operacional bruta	314.123	310.322
Receitas de serviços	314.123	310.322
Deduções	(38.814)	(38.058)
Cancelamentos e abatimentos	(10.705)	(10.410)
Impostos incidentes sobre a receita de serviços	(28.109)	(27.648)
Receita operacional líquida	275.309	272.264

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2020	2019
Serviço de tratamento de esgoto (Concessionária)	69.431	67.451
Despesas com pessoal	36.751	35.744
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	26.803	20.791
Energia elétrica	19.114	14.832
Despesas com pessoal PMJ (nota 23)	10.621	11.294
Depreciações e amortizações	8.941	8.608
Material de tratamento água	3.773	3.754
Material auxiliar e de consumo	3.318	2.964
Cobrança pelo uso da água - SEMA/ANA	1.263	1.919
Manutenções	2.545	2.285
Outros	2.319	3.674
	184.879	173.316

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2020	2019
Despesas com pessoal	30.040	29.508
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	23.898	21.792
Despesas com pessoal PMJ (nota 23)	11.629	12.129
Perdas com incobráveis	4.772	3.703
Publicidade	1.624	2.249
Custos de cobrança	1.615	1.589
Constituição/ (Reversão de provisão para contingências)	2.806	(440)
Constituição/ (Reversão de provisão para perdas com clientes)	3.065	(1.696)
Energia e telefone	1.523	1.350
Depreciações e amortizações	699	1.115
Taxa ARES-PCJ	473	618
Outros	2.561	3.366
	84.705	75.283

continua...

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2020	2019
Sentenças judiciais	(471)	(3.544)
Reversão de baixas para perdas	1.054	1.591
Outros	225	612
	808	(1.341)

29. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	1.228	1.575
Taxas de financiamento	613	304
Descontos concedidos	68	93
Atualização monetária das obrigações	237	271
IOF	11	85
Multas/juros por atraso de pagamento	—	—
	2.157	2.328
Receitas financeiras		
Juros recebidos ou auferidos	(2.565)	(2.982)
Receita de multas por atraso de pagamentos	(1.291)	(1.240)
Receitas de aplicações financeiras	(560)	(1.638)
Atualização monetária dos créditos	(188)	(181)
(-) PIS e Cofins s/Receitas financeiras	215	285
Outras	(7)	(78)
	(4.396)	(5.834)
Resultado financeiro, líquido	(2.239)	(3.506)

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado dos exercícios de 2020 e 2019:

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro do exercício antes dos impostos	8.772	8.772	25.830	25.830		
Alíquota vigente	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(2.193)	(789)	(2.982)	(6.458)	(2.325)	(8.783)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(265)	(135)	(400)	2.126	717	2.843
Compensação de prejuízos fiscais	—	—	—	1.300	468	1.768
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.458)	(924)	(3.382)	(3.032)	(1.140)	(4.172)
Alíquota efetiva	12%	4%	16%	12%	4%	16%

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos.

O Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa.

	Provisões	Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.184	98	5.282
Constituição/Reversão no resultado	(1.170)	(98)	(1.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.014	—	4.014
Constituição/Reversão no resultado	(2.127)	—	2.127
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.141	—	6.141

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

Riscos de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco operacional.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, líquido das perdas efetivas era de R\$ 65.020 em 2020 (R\$ 63.167 em 2019). A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 13.450, representando 21% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2019, esta provisão era de R\$ 10.385, equivalentes a 16%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A nota explicativa 13 apresenta o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, no caso os empréstimos e financiamentos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Foram apresentados ainda mais dois cenários com apreciação e deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

DIRETORIA

Luiz Fernando Camargo Petroni

Diretor Financeiro

Walter da Costa e Silva Filho

Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria da

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

Jundiaí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes Relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 23, a Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Prefeitura de Jundiaí e acordo com o item "c" da referida nota explicativa, em 31 de dezembro de 2020, o montante dos valores pagos pela DAE decorrentes de transações com partes relacionadas de contratação de Pessoal atingiu o valor de R\$ 22.250 mil. Também chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiaí e economias próprias municipais são serviços isentos de tarifa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia,

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/20	Cenário Provável	Valor	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%		
Instrumentos financeiros passivos	24.616	Variação UPR/CDI	4,46	6,00	1.099	5,58	1.373	6,69	1.648

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/19	Cenário Provável	Valor	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%		
Instrumentos financeiros passivos	14.429	Variação UPR/CDI	4,24	6,00	512	5,30	765	6,36	918

Fonte: UPR - Caixa Econômica Federal

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de Dezembro de 2020			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	27.429	—	—	27.429
Investimentos financeiros	158	—	—	158
Contas a receber	—	51.570	—	51.570
Outros créditos	—	1.066	—	1.066
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	—	—	24.616	24.616
Fornecedores	—	—	9.581	9.581
Outros passivos	—	—	9.441	9.441
Outros passivos não circulantes	—	—	6.500	6.500
	27.587	52.636	50.138	130.361
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	42.387	—	—	42.387
Investimentos financeiros	126	—	—	126
Contas a receber	—	46.079	—	46.079
Outros créditos	—	1.036	—	1.036
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	—	—	14.429	14.429
Fornecedores	—	—	5.871	5.871
Outros passivos	—	—	11.769	11.769
Outros passivos não circulantes	—	—	6.500	6.500
	42.513	47.115	39.938	129.566

Valores estimados de mercado

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas. Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na taxa do últimos contratos de empréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 24.616 (R\$ 24.616 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31 de Dezembro de 2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	—	27.429	—	27.429
Investimentos financeiros	—	158	—	158
	—	27.587	—	27.587
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	—	42.387	—	42.387
Investimentos financeiros	—	126	—	126
	—	42.513	—	42.513

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário

Até o momento da emissão dessas Demonstrações contábeis, não havia sido emitida resolução para reajuste tarifário pela agência reguladora ARES-PCJ.

CONTROLADORIA

Luciana Lopes Glozan

Controladora - CRC 1SP260421/O-3

Lidiane Cristina Pupo Santos

Gerente de Controladoria - CRC 1SP243864/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2021.

Russell Bedford Brasil

Auditor Independente S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP

Sócio Responsável Técnico